

MOCÃO Nº 025/13

O Plano Nacional de Educação (PNE), 2014, foi devidamente aprovado na Câmara dos Deputados e caminha em direção ao Senado. Este Plano traz propostas que defendem a extinção das políticas de educação especial até o ano de 2018 e a inclusão da pessoa com deficiência na escola regular (Eixo VII – Documento CONAE 2014).

Na Associação de Pais e Amigos do Excepcional de Adamantina (APAE), onde se trabalha com a educação especial, e cujas condutas são baseadas em uma prática inclusiva, professores, funcionários e pais de alunos estão perplexos com uma inclusão radical e a opinião de todos de que a ação não trará nenhum benefício, não sendo humana e muito menos produtiva, isto quando se fala em uma educação que vai além de aprender, ler e escrever e se norteia pelo desenvolvimento individual de cada aluno, respeitando as suas competências para que tenha uma melhor qualidade de vida dentro de uma sociedade que é capitalista e em sua metamorfose pela busca do sucesso, muitas vezes atropela aqueles que não caminham em seu ritmo ou não falam a mesma linguagem.

A educação especial é feita por profissionais capacitados que conhecem e tem instrumentos práticos para alfabetizar e desenvolver cada aluno e suas deficiências. Além de ter em seu contexto uma equipe interdisciplinar de (Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Psicólogos, Fisioterapeutas, Assistente Social, Nutricionista, Enfermeira, Médica, Dentista) que diariamente prepara o aluno para a sala de aula e também o acompanha visando o melhor desenvolvimento de cada um.

E a rede regular de educação?

Nós sugerimos a manutenção das escolas especiais no Plano Nacional de Educação PNE, para que o trabalho pedagógico educacional que já é feito continue a ser desenvolvido com qualidade.

A inclusão deve ser feita através da coexistência entre escola regular e a escola especial.

“Não somos contra a inclusão e sim a favor da inclusão com consciência.”

O que já fazemos ao longo dos anos.

Por esta e outras razões, com o devido apoio desta casa de leis, apresento **MOÇÃO**, depois de devidamente aprovada, encaminhada ao Congresso Nacional para manifestar a nossa contrariedade caso a educação especial seja suprimida das APAES.

Plenário Vereador José Ikeda, 05 de agosto de 2013.

DINIZ PARÚSSOLO MARTINS

Vereador